

## A NÃO EXISTÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

ILHA, Fabio de Vargas<sup>1</sup>; DEL PERCIO, Enrique<sup>2</sup>

**Palavras chaves:** Políticas públicas. Educação.

### Introdução

Mais de um milênio após, a sociedade ocidental ainda se encontra em conflito, quanto à educação apropriada, em um período onde as transformações sociais são quase diárias, e as modas e vogas são incessantes, com os meios de produção e consumo ditando padrões de comportamento e, porque não dizer, definindo a cultura onde insere-se a educação.

Neste sentido, é natural que se perceba um viés de efemeridade nos diferentes modelos que têm como raiz o capitalismo, incluindo o modelo educacional. Este trabalho procura demonstrar como o modelo de educação em voga no Brasil mantém a educação afastada da realidade, mantendo-se um entrave à própria educação, em detrimento da manutenção, na escola, dos profissionais e disciplinas tradicionais, ocupando espaços de forma conteudista e voltada para os certames de ingresso na educação superior gratuita, enquanto novas necessidades e saberes urgem no cenário educacional, para uma melhor relação dos indivíduos com o mundo onde vive.

### Reformas na Educação brasileira

As reformas educacionais vêm ganhando destaque na pauta de discussões políticas e sociais, tendo em vista a importância estratégica da educação em um cenário mundial onde a globalização econômica e cultural acentua a necessidade cada vez maior de desenvolvimento, nas diferentes acepções da presença e das atividades humanas.

A educação brasileira tem passado por discussões e reorientações legais, visando adequar-se ao que a Constituição Federal estabeleceu quando tornou imperativa uma educação visando o *pleno desenvolvimento da pessoa*, o que remete, portanto, à necessidade de entender o que vem a ser essa expressão.

---

<sup>1</sup> Professor de Educação física –Licenciatura Plena (UNICRUZ), Especialista em Educação Especial – Deficiência Mental Transtornos e Dificuldade de Aprendizagem (UNIJUI) , Mestrando em Educação – Políticas e Administração da Educação (UNTREF), **autor do trabalho**. Email: [fabioilh@hotmail.com](mailto:fabioilh@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor e Filosofia Jurídica, Especialista em Sociologia e Graduado em Direito , Atualmente é professor da Universidade de Buenos Aires (UBA),Universidade de Salamanca (Espanha), Dresdesn (Alemanha), Asdina (Equador) ,Nacional de Carabobo (Venezuela) Nacional de La Serena (Chile), Nacional de Três Febrero (Argentina-BA), Unisinos (Brasil), Escritor e Consultor das Nações Unidas. Email: [enriquedelpercio@yahoo.com.ar](mailto:enriquedelpercio@yahoo.com.ar) **Orientador da pesquisa.**

No entanto, são poucas as definições disponíveis, acerca do que vem a ser esse desenvolvimento pleno.

Cury (2006, p.671), define desenvolvimento pleno da pessoa como “a aquisição de conhecimentos e a socialização em matéria de normas e valores em vista do convívio social”.

Portanto, das leituras realizadas nesta seção, pode-se inferir que os professores estão incumbidos, pela lei brasileira, a promoverem uma educação que não se limita aos conteúdos específicos das disciplinas em que atuam, mas também engloba a mediação de valores, princípios e informações emancipadores e condizentes com a realidade em que vivem os educandos e a sociedade, em geral.

### **Educação e realidade**

Uma crítica recorrente que tem recebido a educação brasileira consiste em ela não ser uma educação correlata à realidade, isto é, distintos autores têm apontado a educação no Brasil como uma efeméride, onde os fenômenos da natureza parecem só existir no quadro negro (ou branco), e não estão completamente relacionados à realidade cotidiana do brasileiro. Parece haver uma grande distância entre o que o professor fala, e o que acontece no mundo real do aluno.

Para Freire (1987, p.79), “ninguém educa ninguém. Os homens se educam em comunhão”. Ao se deparar com um problema, o homem vai atrás das respostas, se questionando, questionando outros homens, tentando solucionar seus desafios, testando as hipóteses, negando-as ou confirmando-as, ou mesmo reformulando-as.

Nesse sentido, quando comparada a realidade cultural aos interesses dos educandos, percebe-se que qualquer disciplina, qualquer conhecimento, somente se validará como instrumento de transformação benéfica para a sociedade quando resultante da prática educacional plena; de uma educação como a que Paulo Freire definiu como uma forma de os seres humanos se apropriarem, conscientemente, de sua realidade para, assim, terem condições de transformá-la.

### **Problemas de uma educação fora da realidade**

Vê-se que, de maneira recorrente, distintos autores têm apontado para a dificuldade da escola em educar para a realidade. Essa distância entre a educação que a escola concebe, e a realidade que os educandos percebem, gera nos jovens um sentimento de perda de tempo. Soma-se a isso o fato de que alcançar ao diploma não garante mais a empregabilidade dos indivíduos.

Em síntese, é possível inferir que o modelo de educação que se mantém instaurado é um modelo distanciado da realidade, que exclui de suas pautas problemas elementares, como saber se alimentar

(essencial para uma boa qualidade de vida), discussões e reflexões sobre a cultura, sobre o direito de não engravidar, de não sofrer lavagens cerebrais de violência, etc.. Isto é, não que esses temas não tenham lugar na escola; eles têm. Mas a forma como essas questões estão imbuídas de realidade acaba por denotar que os professores é que não estão preparados para eles.

Diante da necessidade dos alunos “saberem” os conteúdos e exigências que serão feitas no vestibular, e outros dispositivos de ingresso ao nível superior de instrução, reprova-se o aluno, não o ensino.

Para Del Percio (2009, p.105), o aumento na demanda de escolas e professores acabou pressionando a sociedade a produzir professores medíocres, e ao mesmo tempo incapazes de motivar os alunos, uma vez que eles mesmos não têm motivos para sentirem-se estimulados. Assim, mantém-se um ciclo onde se reúnem e se alimentam de contradições: alunos desmotivados, educação fora da realidade, e professores mal pagos e sem estímulo, que precisam muito estar na escola o máximo de tempo possível, para que seus salários não sejam tão baixos.

### **A escola como espaço de mudanças**

Para isso, no entanto, é preciso que os professores que hoje ocupam a escola, cedam espaços e horários para outros profissionais capazes de mediar novas competências no espaço escolar formal; ou os professores atuais recapacitem-se, de modo a estarem aptos a recriar a escola. Nessa necessidade está a base de um novo conflito, uma vez que provavelmente não será de maneira crítica e refletida que os atores escolares entrarão nesse debate.

De acordo com Brá (2007, p.51) um projeto político, visto como projeto de políticas públicas, com determinada orientação e permanência no tempo, envolve, quando do esforço para concretizá-lo, inevitáveis conflitos. Isto porque a materialização de um projeto demanda uma atuação sobre a estrutura burocrática que já existe, antes do nascimento do projeto.

Tem-se, então, que nesse momento acontece na escola o que acontece no Congresso Nacional e no Poder Judiciário: os parlamentares decidem os seus salários, legislando inquestionáveis; os juízes decidem o escopo de seu poder, prendendo quem os conteste; e os professores decidem o que é, e o que não é educação, simplesmente mantendo o debate sobre a educação dentro da esfera dos licenciados.

Fala-se em cliente em função do Princípio do Sinalagma: “o Estado cobra porque presta, presta porque cobra”. Assim, a educação tem um cliente, que é a sociedade, representada pelos estudantes e por seus pais. E somente quando estes atores sociais entrarem em cena por uma nova

forma de se pensar e agir a educação poder-se-á, em nome de uma pluralidade de idéias e paradigmas próprios da política, se falar em políticas de educação.

## Conclusão

No entanto, limitar a educação a esses saberes, é encerrar as inúmeras e crescentes possibilidades do mundo real num modelo de entendimento que não corresponde à dinâmica nem das tecnologias, nem das relações sociais, nem das necessidades de emprego e renda, ou das demandas necessárias para os indivíduos simplesmente se relacionarem, na sociedade globalizada.

Assim, a criação de políticas públicas de educação não pode estar limitado aos diferentes modos de demonstrar os mesmos conhecimentos, quando as dinâmicas da sociedade, do mundo e da vida demandam “os outros” conhecimentos, não como meras matérias, mais como formas de emancipação, a exemplo da nutrição, para que as pessoas não adoeçam por falta ou excesso do alimento, o empreendedorismo, para que os indivíduos não aprendam complicadas equações matemáticas, e mesmo assim permaneçam desempregados, a prevenção em saúde, para que as pessoas se defendam das doenças, evitando-as, entre outras.

Mas criar políticas públicas de saúde implica, necessariamente, em abrir a escola para outros saberes e outros profissionais, agregando competências, diminuindo os conteudismos, e ampliando o realismo, para que a educação seja, de fato, um instrumento social promotor do pleno desenvolvimento da pessoa, e para que desperte o interesse dos estudantes, deixando de significar um sacrifício.

## Referências Bibliográficas

BRÁ, Alonso. **Políticas públicas, aparato estatal y gestión en: Planificación y Gestión de Políticas Públicas.** Untref Virtual. Buenos Aires, s.d.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica.** Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 96, p. 667-688, 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 2 mai. 2011.

DEL PERCIO, Enrique. **Política o destino: cuestiones estratégicas en tiempos de crisis.** Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.